

Anais da Assembléia

CURITIBA, 4 E 5 DE OUTUBRO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quíelise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quíelise Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélío Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quíelise Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

**3ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 182ª Sessão Ordinária
Realizada em 4 de Outubro de 1973
(Quinta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Jorge Sato, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e David Federmann,
A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados:
João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguiinaldo Pereira Lima — Álvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antonio Maciel — Ariione Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldwell — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Olavo Ferreira e Xenofonte Villanueva. (46).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Requerimento firmado pelo Senhor Deputado Federal Antonio Ueno, da ARENA, constabanciado em apelo, no sentido de que se encete uma campanha de estímulo ao plantio do algodão, a fim de compenetrar o agricultor das vantagens daquela cultura, dizendo ainda, que de seu pronunciamento concorrerá para um Brasil algo maior, algo mais rico, algo mais poderoso e mais forte. Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 95-73, do Senhor Aparicio Bernardo Calderaro, Presidente da Câmara Municipal de Iguaraçu, solicitando as medidas cabíveis para dar aos professores suplementaristas a segurança necessária para o bom desempenho de suas funções, haja visto que os mesmos vivem em ambiente de intranquilidade, sem amparo legal, não contando com a mínima garantia quanto ao futuro, estando sujeitos a perder o emprego de um momento para outro. Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Padre Teodoro Ferronato, Secretário da A.P.M.S.F., comunicando que no dia 15 de agosto do ano em curso, o Senhor Bispo Diocesano de Ponta Grossa, em nome do Santo Padre Paulo VI com a autorização da Congregação dos Religiosos, fundou, na cidade de União da Vitória, a Associação dos "Padres Missionários de São Francisco de Assis". — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Acir Ivo Carazzai, irmão do Deputado Emilio Carazzai. Outrossim, solicita ainda da decisão da Casa, dê-se ciência à família entulada à rua Jesuino Lopes, 82 — Jardim Centenário.

Sala das Sessões, em 4 de outubro de 1973.

(a) Jorge Sato

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado infra-assinado, com assento nesta Casa, requer a V.Exa., se digne ordenar o envio de cópia de seu pronunciamento do dia 2 próximo passado, somente na parte referente à L.B.A., ao Senhor Deputado Vitorino James, Presidente da União Interparlamentar.

Sala das Sessões, em 4 de outubro de 1973.

(a) Muggiati Filho

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, à Casa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Ilustríssimo Senhor Diretor do DETRAN, com o objetivo de que aquela autoridade tome providências visando aumentar o número de funcionários adstritos ao 4.º CIRETRAN, com sede em União da Vitória.

Justifica-se o presente pedido, pelo fato de que os elementos que ali trabalham não têm condições de atender eficazmente um público sempre crescente, refletindo, desta maneira, na excessiva morosidade dos serviços a serem executados pelos mesmos, com prejuízos aos proprietários de veículos que são obrigados a se deslocarem de União da Vitória à cidade de Porto União-SC.

E, solicito, também, ao Senhor Diretor que autorize o responsável pelo 4.º CIRETRAN para que o expediente seja normal em todos os dias úteis, porque, frequentemente, aquele órgão permanece com suas portas fechadas, motivando, deste modo, o agravamento da situação exposta.

Sala das Sessões, em 4 de outubro de 1973.

(a) Domicio Scaramella

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário:

REQUER, sejam enviadas cópias do pronunciamento feito hoje na Tribuna da Casa, com referência a instalação de uma empresa portuguesa, dedicada ao ramo da pesca e industrialização do pescado os seguintes órgãos e entidades de Antonina: Prefeitura Municipal, Câmara Municipal de Vereadores, Sindicato dos Estivadores, Sindicato dos Arrumadores e Sindicato dos Encasadores.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1973.

(a) Nelson Buffara

Senhor Presidente, Srs. Deputados:

Por ocasião do fechamento das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo S.A., usamos desta Tribuna para apresentar algumas sugestões, a fim de colaborarmos no equacionamento dos problemas sócio-econômicos que afligem nosso litoral e particularmente Antonina, atingida de maneira marcante pelo fechamento da Indústria.

Antonina, com aproximadamente 17.000 habitantes, sendo 12.000 na zona urbana, ressentiu-se profundamente com a paralisação daquela unidade industrial, que absorvia 200 operários, significando cerca de 1.000 dependentes.

Nosso litoral tem sua economia baseada na exportação e importação, não tendo sua infra-estrutura utilizada pela instalação de indústrias, as quais seriam uma solução, fixando o homem a uma estrutura econômica estável. A mão de obra de nosso litoral não se fixa, por não haver absorção para o potencial disponível. A situação econômica da região não oferece disponibilidade de emprego gerando sérios problemas sociais. As famílias se deslocam para outras cidades em busca de melhores oportunidades sem, contudo, encontrarem em toda nossa faixa litorânea, estrutura econômica em condições de absorvê-las de modo produtivo.

O elenco de soluções sócio-econômicas que referimos naquela oportunidade, dizia respeito às culturas hortigrangeiras, como reforço ao cinturão verde de Curitiba, o qual se apresenta deficitário, dado às condições climáticas, contribuindo de maneira marcante na elevação do custo de vida em nossa Capital. Reiteramos, nesta oportunidade, o nosso ponto de vista. A cultura hortigrangeira seria uma solução a curto prazo para os agricultores da região litorânea e contribuiria para o abastecimento de nossa Capital com produtos por menor preço.

Antonina tem hoje sua situação sócio-econômica agravada ainda mais, com a absoluta inoperância do seu Porto.

Mas, o início da redenção daquela tradicional cidade, se dará a médio prazo. Temos conhecimento da breve instalação naquele Município de uma empresa portuguesa, dedicada ao ramo da pesca e industrialização do pescado.

Nosso litoral foi dissecado por uma equipe de técnicos formada por representantes da empresa e do Badep. Concluído os estudos a localidade escolhida foi Antonina.

Antonina terá a implantação da referida unidade industrial, importando, aproximadamente, num investimento da ordem de Cr\$ 20.000,00 (vinte milhões de cruzeiros).

Assim sendo, nosso litoral terá em breve instalada uma indústria de grande porte, a qual absorverá, já na fase de implantação grande parte de mão de obra disponível na região, significando o início de melhores dias para a população do nosso litoral.

A empresa portuguesa associou-se a um grupo paranaense e tem condições plenamente favoráveis para alcançar os objetivos a que se propõe. Se não vejamos:

- a) — disponibilidade de energia elétrica;
- b) — matéria prima;
- c) — mão de obra;
- d) — proximidade aos centros de consumo e
- e) — vias de acesso em condições de suportar o fluxo de circulação de seus produtos.

Destacamos a atuação do Badep, órgão representante do Governo, dando inteiro apoio técnico e financeiro para a concretização de tão importante investimento em nosso Estado. Nos entendimentos, o Badep, concedeu o financiamento para aquisição de 5 barcos pesqueiros, de fabricação russa, equipados com a mais alta tecnologia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, congratulamo-nos com as autoridades constituidas pelas facilidades que proporcionam aos investidores que pretendem se fixar em nosso Estado.

Contratulamo-nos ainda com os antoninenses, os quais por certo sentirão a esperança de uma nova e promissora fase para o seu Município, terão confiança e contribuirão, de forma decisiva, na concretização de um futuro próximo condizente com suas tradições.

Finalizando, declaramos ser com grande júbilo que fizemos este pronunciamento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente. Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Sr. 1.º Secretário já leu o teor de nosso Requerimento, razão pela qual desnecessário seria que o fizéssemos novamente.

Apenas desejo tecer considerações sobre o trabalho que fizemos através do Requerimento lido pelo Sr. 1.º Secretário, no sentido de que fosse encaminhado às Entidades classistas de Antonina, ao Sr. Prefeito etc., estudo sobre a instalação de uma indústria pesqueira liderada por um grupo português associado a um grupo paranaense.

Essa indústria pesqueira que vai se implantar em Antonina, conseguiu do BADEP financiamento para a compra de cinco barcos pesqueiros de procedência russa, barcos altamente sofisticados, moderníssimos, que darão, tenho a certeza, um resultado excelente para aquela indústria que vai tentar tirar Antonina daquele marasmo, daquela situação de penúria a que se encontram seus 17 mil habitantes.

Estamos, neste expediente, nos congratulando com o Governador do Estado que está incentivando a implantação de indústrias desta natureza na orla marítima, e o fazemos com satisfação, porque verificamos que, pela vez primeira, Antonina deverá ter a curto ou a médio prazo, uma indústria para tirar o povo de Antonina daquela letargia.

Obrigado pela atenção que me concederam nestes breves instantes. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni. (Pausa).

Não se encontrando presente o Nobre Deputado, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 208-72, de autoria do Dep. Nelson Buffara, que autoriza o Poder Executivo proceder através do D.E.R.,

serviços de retificação e revestimento básico do trecho de estrada que liga Xangrilá a Ponta do Sul, no Município de Paranaguá. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 52-73, de autoria do Dep. Maurício Fruet, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Fundação Boutin, com sede nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 137-73, de autoria do Dep. Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, o "Centro Paranaense de Tradições General Carneiro", com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 93-73, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo doar através da Secretaria de Agricultura, três tratores marca "John Deer-730", à Cooperativa Agrícola de Irati Ltda., com sede na Cidade de Irati. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 121-73, de autoria do Dep. Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Santo Antônio da Platina, tratores que especifica, pertencentes a Secretária da Agricultura. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., Em Regime de Urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 164-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 72-73, encaminhando anteprojeto de lei objetivando introduzir alterações na Lei n.º 6.264, de 10.01.72, que criou o Fundo de Reequipamento do Trânsito — FUNRESTRAN. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. Em regime de Urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 53-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 163-73, que aprova os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Cascavel, Curitiba, Congonhinhas, Dois Vizinhos, São Miguel de Iguazu, Palmital e Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 53-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Governo do Estado através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Cascavel, Curitiba, Congonhinhas, Dois Vizinhos, São Miguel de Iguazu, Palmital e Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos referidos Municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1.973.

aa) Antônio Costa — Presidente

Erondy Silvério — Relator

Ivo Tomazoni e Ovídio Luiz Franzoni

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

A PROPOSIÇÃO N.º 163-73

1 — A presente proposição constitui-se da Mensagem Governamental n.º 56-73, encaminhando a esta Casa, para os fins constitucionais, cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e os Municípios de Cascavel, Curitiba, Congonhinhas, Dois Vizinhos, Palmital, São Miguel e Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos referidos Municípios.

2 — O Convênio enquadra-se na competência ao Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 47, inciso IV, da Constituição Estadual e por força do que dispõe o art. 22, inciso VII, da mesma Constituição, cabendo a esta Casa referendar os Convênios, o que ora fazemos na forma do Projeto de Resolução anexo.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1.973.

aa) Antônio Costa — Presidente

Erondy Silvério — Relator

Ivo Tomazoni — Ovídio Luiz Franzoni — Wilson Fortes e Nelson Bufara

PROPOSIÇÃO N.º 163-73

GABINETE DO GOVERNADOR MENSAGEM N.º 56-73

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as incluídas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Cascavel, Curitiba, Congonhinhas, Dois Vizinhos, Palmital, São Miguel de Iguazu e Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso nos próprios textos dos tratados. Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) Pedro Viriato Parigot de Souza

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado JOÃO MANSUR

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/CAPITAL

CONVÊNIO

Termo de Convênio que entre si fazem à Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Cascavel com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos... dias do mês de... do ano de mil e novecentos e setenta e três, no Gabinete do Senhor Prefeito Municipal de..., presentes o Senhor "Gal. Mário Carneiro Portes", Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor..., Prefeito Municipal de..., Estado do Paraná, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117, da Constituição e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64, de 21-2-1948) e tendo em vista a autorização contida na Lei Municipal n.º 1003-73, de 14-12-72, resolveram, mediante as cláusulas do presente "termo de convênio", estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA

Objetivo do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA

Definições e Legislações

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º, do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949, de 13 de novembro de 1.962, tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravenções, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLAUSULA TERCEIRA

Da Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

a) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais dos Municípios ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Cascavel, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; fatificação ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA

Da Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA

Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA

Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA

Celeridade e Apoio

Compromete-se a Municipalidade pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste Convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do Município ou à Justiça Pública. E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes

constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Mário Carneiro Portes

Secretário de Segurança Pública

Duas testemunhas — (Assinatura Ilegível)

OBSERVAÇÃO: Convênios firmados entre a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública em sete de fevereiro de 1.973 com o Prefeito Municipal de Cascavel, Senhor Pedro Buffato, em 15 de fevereiro de 1.973 com o Senhor Prefeito Municipal de Curiuva, Senhor Leony Mainardes Rosa, em 15 de março de 1.973 com o Prefeito Municipal de Congonhinhas, Senhor Joaquim Canedo da Silva, em 13 de março de 1.973 com o Prefeito Municipal de Dois Vizinhos, Senhor Ervelino Coletti, em 29 de dezembro de 1.973 com o Prefeito Municipal de Palmital, Senhor Carlos Gonçalves Siqueira, em 22 de março de 1.973 com o Prefeito Municipal de São Miguel do Iguaçu, Senhor Ferdinando Felício Pagot, em 15 de março de 1.973 com o Prefeito Municipal de Santa Cruz do Monte Castelo, Senhor Narciso de Aviz.

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 53-73

PARECER

O Projeto de Resolução em testilha, ex-proposição 163-73, visa submeter à apreciação desta Comissão, para aprovação, os termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Cascavel, Curiuva, Congonhinhas, Dois Vizinhos, São Miguel do Iguaçu, Palmital e Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos referidos Municípios.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça ao examinar o Projeto, opinou pela sua aprovação.

Esta Comissão, no âmbito que lhe é próprio, opina, da mesma forma, pela **APROVAÇÃO** do Projeto em testilha.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1.973.

Quilise Crisóstomo da Silva — Presidente

Deputado Alvaro Dias — Relator

Wilson Fortes e João Fadel

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato e outros, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Acir Ivo Carazzai, irmão do Sr. Deputado Emílio Carazzai. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor do Detran, visando aumentar o número de funcionários adstritos ao 4.º Ciretran, com sede em União da Vitória. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando seja enviado cópia de seu pronunciamento do dia 2 próximo passado, somente na parte referente à L.B.A. ao Sr. Presidente da União Interparlamentar. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado cópias do pronunciamento feito hoje, sobre assunto relacionado com a implantação de indústria pesqueira em Antonina, aos seguintes órgãos e entidades: Prefeitura Municipal, Câmara Municipal de Vereadores, Sindicato dos Estivadores, Sindicato dos Arruadores e Sindicato dos Encacadores. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 5, sexta-feira, com a Ordem do Dia já anunciada em Sessão anterior.

Levanta-se a Sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 183.ª Sessão Ordinária Realizada em 5 de Outubro de 1973

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Borsari Neto

As 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Aginaldo Pereira Lima, Antônio Bellinati, Arthur de Souza, Antônio Costa, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Domicio Scaramella, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Gilberto Carvalho, Igo Lasso, Iris Caldart, Ivo Rocha, Ivo Thomazoni, João Fadel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Quilise Crisóstomo, Rosário Pitelli, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Brandão, Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Alvaro Dias, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Emílio Carazzai, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Lázaro Dumont, Olavo Ferreira (10).

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E:

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n.º 223-73
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Evangélica Para Desenvolvimento Missionário, com sede em Curitiba, Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1.973.

a) Igo Lasso

JUSTIFICATIVA:

A Associação Evangélica Para Desenvolvimento Missionário é uma entidade de caráter assistencial e religioso, que visa a dinamização e difusão dos princípios de solidariedade humana a toda a comunidade social. Está devidamente inscrita sob o n.º 86.329 no livro A do 1.º Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Curitiba.

O reconhecimento de Utilidade Pública representará impulso e incentivo às suas múltiplas atividades em favor do nosso povo.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido, nem oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

De há muito tempo o Governo do Estado do Paraná tem procurado uma solução que entendesse aos reclamos de milhares e milhares de funcionários recebidos e contratados do Estado, que por suas condições de tarefas, de trabalhadores braçais ou mesmo profissionais admitidos em o respaldo do dispositivo constitucional, vinham criando sérios problemas não só para a administração mas principalmente para os próprios servidores, a maioria dos quais, humildes, sem poderem contar com o mínimo dos benefícios que o servidor estadual tem merecido da parte do Instituto de Previdência no tocante à licença, férias, auxílio doença e aposentadoria.

O Sr. Governador Dr. Emílio Gomes preocupado como está em corrigir distorções existentes na administração pública estadual e possuidor de um alto espírito de solidariedade humana, encaminhou a esta Casa, em data de ontem, Mensagem sob n.º 84-73, objetivando criar no serviço público estadual a categoria de pessoal suplementar para desempenhar os trabalhos ou tarefas complementares aos seus funcionários integrantes das carreiras do pessoal permanente.

Não é necessário dizer que esse plano de lei é altamente significativo eis que virá ensejar condições, no sentido de que a administração, contando com uma categoria de pessoal suplementar, possa fazer frente às necessidades urgentes e inadiáveis ao desempenho e ao desenvolvimento dos seus vários setores, sem ficar como está hoje, adestrado às normas dificuldades no que concerne ao provimento de cargos no quadro do pessoal permanente, não só em função da necessidade de criação de cargos, como também pela demanda do tempo exigido para a realização de concurso para preenchimento, além de outros requisitos indispensáveis.

A categoria de pessoal suplementar não se constitui numa experiência nova, pois administração de outra época houve por bem adotar essa sistemática, a qual respondeu plena e eficientemente aos seus objetivos.

Assim, o Poder Executivo, com os recursos que o presente plano de lei lhe proporciona, observadas naturalmente as disposições da legislação federal e especificamente as da Lei Complementar n.º 52 de fevereiro ou maio de 1969, poderá admitir pessoal auxiliar necessário e com isto dinamizar e desenvolver os setores de ensino, pesquisa, saúde, higiene e outros. Este fato, sem dúvida, consulta, plenamente, os interesses da administração e da coletividade paranaense.

Vale, ainda, ressaltar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Anteprojeto de Lei em causa define, de maneira justa e racional, o reconhecimento de específicos direitos e garantias atribuídas ao pessoal suplementar. São expressamente assegurados ao pessoal suplementar, do quadro que se pretende criar, salário condizente, repouso remunerado, licença, salário família, assistência previdenciária pelo Instituto de Previdência do Estado, além de outros benefícios pertinentes aos servidores públicos.

Quero crer, Sr. Presidente, Srs. Deputados que a Mensagem Governamental que chega a esta Casa atenderá, por certo, milhares de servidores recebidos e contratados do Estado do Paraná que, até hoje, não tinham o mínimo de condições para o desempenho de suas funções.

Pretende o art. 3.º desse Anteprojeto de Lei assegurar, através da admissão e também o que é importante a recondução dos recebidos e contratados, que atualmente prestam serviço ao Estado, a uma categoria funcional com três níveis e diferentes jornadas de trabalho. Os níveis serão PS-1, PS-2 e PS-3, sendo que as jornadas de trabalho vão de 24 a 40 horas semanais atribuindo-se, naturalmente, um salário com base no maior salário mínimo vigente, além de permitir e facultar o recebimento de gratificações, de diárias quando em movimento para atendimento de seu serviço. A especificação funcional de cada categoria do pessoal suplementar far-se-á mediante decreto governamental. As três categorias poderão ser assim classificadas: PS-1 — trabalhador braçal; PS-2 — auxiliar; e PS-3 — profissional.

O que é importante neste plano de lei é o fato de que, além do salário previsto, o pessoal suplementar poderá perceber salário família e férias, como já me referi, sendo que o salário família será fixado por decreto e ao pessoal suplementar cabe, especificamente citados no plano de lei, as seguintes licenças: para tratamento de saúde, quando acidentado no serviço, em suas atribuições, quando acometido de tuberculose ativa, quando se trata de distúrbios mentais, cegueira, lepra, paralisia, cardiopatia grave; quando convocado para o serviço militar, à gestante, também terá o direito o pessoal suplementar, aos seguintes afastamentos, com remuneração integral: — 20 dias consecutivos de férias depois de cada ano de efetivo exercício; 8 dias por motivo de casamento, ou luto por falecimento do cônjuge, filho, pai, mãe, irmão; 2 dias para cumprir obrigação eleitoral; 1 dia para registro civil dos filhos.

É o Plano de Lei que, se o Estado do Paraná tiver hoje, na condição de recebidos e de contratados, e se espera que tenha, cerca de 8.000 funcionários nesta Categoria, este Plano de Lei poderá atender certamente, e definir, a situação de cerca de 7.800 desses funcionários.

É portanto motivo de satisfação registrar este acontecimento, a preocupação do Sr. Governador do Estado que procura dar uma situação estável aos funcionários desta categoria porquanto todos eles, sem uma definição, dão de si o máximo para que os diferentes setores da administração pública não tenham o emperramento porquanto, dão muito do seu esforço, do seu sacrifício, em favor da administração estadual.

Pretende o Sr. Governador, depois de haver invocado o dispositivo constitucional, o parágrafo 3.º do artigo 25, com a decorrência do prazo total para que esta Casa aprecie este Plano de Lei, verificar da possibilidade de

vir a sancioná-lo na data de 28 do corrente, quando se comemora o Dia do Funcionário Público.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a grata satisfação de anunciar a presença no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado, do Sr. Manoel de Souza Ramos, digníssimo Prefeito Municipal de Assis Chateaubriand e do Sr. José Luiz de Oliveira, digno Prefeito Municipal de São Jorge do Ivaí.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Grande Expediente Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Curitiba é uma cidade que se constitui num orgulho para todos que vivem e trabalham no Estado do Paraná, é uma cidade que, nós que aqui vivemos que temos o privilégio de residir na Capital aprendemos a amar, aprendemos a querer bem. Por isso é que é motivo de tristeza para todos nós quando caminhamos pelas ruas desta cidade, quando ligamos um aparelho de televisão ou lemos nos jornais, os dias que vive a nossa Capital — roubos, assassinatos; violência de toda espécie; tumulto no trânsito, ruas esburacadas — é bem verdade, que se diga, com a finalidade maior da urbanização mas um trabalho difícil, que as vezes não me parece o mais racionalizado parece que se tenta ganhar maior tempo possível, realizando-se ao mesmo tempo várias obras mas o apacecimento parece conduzir a um prejuízo para a população. Curitiba, no ritmo em que anda, acabará criando um estado psicológico original próprio a todos aqueles que aqui vivem e aqui trabalham.

Tive oportunidade de acompanhar ainda nesses dias tratando de assuntos ligados aos Municípios que represento nesta Assembléia, o problema dos taxis. Paralelamente, não pude deixar de observar aquilo que ocorre na Capital também em detrimento da população.

O problema de taxis em Curitiba, sem dúvida alguma está a reclamar para sua solução, a fixação de um critério que atenda em primeiro lugar os interesses da população. Na verdade ela está mal atendida. Não vejo solução para o problema nas condições que ele está posto no momento. A briga que se convencionou chamar de "piranhas" com a utilização dos pontos de taxis de Curitiba, não pretende me imiscuir nela, mas apenas tenho como conclusão para mim que o grande prejudicado é o cidadão curitibano aqueles que necessitam se locomover e recorrem aos taxis.

Assisti e tomei conhecimento de estatística recentemente oferecida pelo Detran e pelo Instituto de Pesos e Medidas, que traduz a calamidade do problema e que pelo seu agravamento, pelo seu aprofundamento acabará gerando ainda maiores dificuldades para sua solução.

Quero neste momento sr. Presidente, srs. Deputados, com essas breves palavras deixar aqui um apelo à Polícia Civil que dê melhores condições ao Detran, para que esse organismo possa fazer frente ao problema grave que lhe está afeto e que vem determinando séria intranquilidade aqueles que vivem nesta Capital.

Quero também deixar aqui uma sugestão para a solução do problema dos taxis, porque Curitiba hoje compõe, com alguns Municípios de sua periferia o que o Governo Federal convencionou chamar dentro de um plano de lei, de área metropolitana. Curitiba, Piraquara; Araucária e outros Municípios constituem uma daquelas áreas metropolitanas que o Governo Federal numa medida de natureza legal, criou em várias regiões do País. Acredito que a solução do problema de taxis nesta Capital teria a sua solução se projetada essa situação de área metropolitana, servissem os conceitos sobre os quais essas áreas foram criadas, se fossem esses conceitos projetados para o tratamento do problema de taxis em Curitiba.

Gostaria que se promovesse um encontro desses Prefeitos e dentro do espírito da área metropolitana fosse estabelecido um critério, porque o que não pode continuar existindo, é um critério para os pequenos municípios da periferia. O uso de diferentes critérios, dentro aliás do que faculta a legislação federal traz sérios prejuízos.

Não quero entrar no mérito se para os proprietários de taxis de Curitiba mas reafirmo, traz sérios prejuízos para a população curitibana que depende desse meio de transporte. Dou um depoimento pessoal é muito difícil se conseguir em determinadas horas um taxi em Curitiba. Se o problema não for visto do ângulo dos usuários, nós dificilmente teremos uma solução que atenda de fato aos interesses da população curitibana. Vejo, na aplicação do critério da área metropolitana para a solução do problema de taxis um meio mais razoável para dirimir tão grave questão e equacionar definitivamente o problema.

Fica aqui, sr. Presidente, esta sugestão que acredito possa ser pelo menos objeto de consideração em busca de uma solução que atenda de fato aos maiores interesses dos curitibanos. Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito sr. Deputado Domicio Scaramella.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Apresentamos neste instante um Requerimento nos seguintes termos: (Lê)

"Senhor Presidente:

O Deputado Estadual infra-assinado, com assento nesta Casa e no uso de suas atribuições expõe e requer:

1.º — É do pleno conhecimento desta Augusta Assembléia Legislativa a fundação, na próspera cidade de União da Vitória, da Associação dos Padres Missionários de São Francisco de Assis.

Tal fato dos mais auspiciosos se devem a generosa e sábia orientação de Sua Santidade o Papa Paulo VI, que para tanto delegou amplos poderes à Sua Excelência Revma. Don Geraldo Pelanda Bispo Diocesano de Ponta Grossa.

União da Vitória, cujo povo eminentemente católico, rejubilou-se com o acontecimento passou a figurar pois entre os Municípios de real liderança na vida comunitária desenvolvida pela Igreja em todo o Estado.

Em razão do exposto com aprovação do Plenário, requer um voto de louvor e regozijo pela fundação, em União da Vitória da Associação dos Padres Missionários de São Francisco de Assis. E que, uma vez aprovada esta proposição sejam com as homenagens de estilo, identificados da mesma Sua Santidade o Papa Paulo VI, em Roma, Sua Excelência o Senhor Bispo Dom Geraldo Pelanda em Ponta Grossa o Senhor Padre Teodoro Ferronato Se-

cretário da A.P.M.S.F. e a Associação dos Padres Missionários de São Francisco de Assis.

Sala das Sessões, em 5 de outubro de 1973.

(a) — Domicio Scaramella".

Sr. Presidente, assistimos há poucos instantes o pronunciamento do ilustre líder do Governo, Deputado Ivo Thomazoni em que S. Exa. traz ao conhecimento desta Casa Mensagem enviada por S. Exa. o Governador do Estado, com o objetivo de sanar de uma vez por todas a situação dos funcionários recibados do Estado.

Queremos neste instante Deputado Ivo Tomazoni, congratularmo-nos com V. Exa. e com o Governador do Estado por esta auspiciosa notícia e na próxima semana, trarei ao conhecimento da Casa o que está acontecendo em União da Vitória.

No grupo Escolar São Cristovão, temos quatro serventes recibadas que dão atendimento a salas de aulas frequentadas por mais de 800 alunos. Essas serventes fazem mais ou menos 40 horas semanais e estão percebendo 160 cruzeiros apenas, sem assistência social.

Portanto dirijo um apelo a V. Exa., nobre Deputado Ivo Thomazoni para que no menor prazo possível seja resolvido este impasse.

Mais uma vez minhas congratulações ao Governador do Estado. Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 36 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

Redação Final — do Projeto de Resolução n.º 39-73, que aprova Convenios firmados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e os órgãos que especifica.

Redação Final do Projeto de Resolução n.º 39-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º. Ficam aprovados os Convenios e Acordos celebrados entre o Governo do Estado através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e os órgãos a seguir especificados:

a) Campanha Nacional de Educação dos Cegos, do Ministério da Educação e Cultura, em 21.07.72 na cidade de São Paulo para aplicação de recursos em despesas de custeio no desenvolvimento das atividades do Setor de Educação dos Deficientes Visuais;

b) Ministério da Educação e Cultura em 29.09.72, na cidade de Brasília, para aplicação de recursos de Salário Educação instituído pela Lei n.º 4.440, de 17 de outubro de 1964, em projetos e atividade constantes do Plano de Aplicação elaborado de acordo com as diretrizes do D.E.F.;

c) Departamento Regional do SENAI no Paraná, termo de Acordo em 03.10.72, objetivando estabelecer Planos Cooperativos de Educação Supletiva, como especifica;

d) Ministério de Educação e Cultura — Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos em 03.11.72, na cidade de Curitiba, objetivando a prestação de assistência técnica pelo INSP na elaboração e desenvolvimento de projeto de pesquisas educacionais;

e) Associação do Instituto Vocacional de Assistência Santa Cruz do Município de Capanema, em 08.11.72, em Curitiba com a finalidade de construir na cidade de Capanema um prédio com dois pavimentos estrutura mista e praça de esportes, destinada à instalação de um estabelecimento de ensino de 1.º Grau nos moldes da Lei Federal n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971;

f) Prefeitura Municipal de Curitiba, em 1972 objetivando a construção de vestiários e sanitários, quadras de Basquete, Futebol de Salão; Voleibol; An. debol; Sala de Ginástica e Jogos de Salão; Sala para guarda de Material e reparo do Campo de Futebol nas praças esportivas que especifica; e

g) — Ministério da Educação e Cultura — Instituto Nacional do Livro, 1972 visando à execução do Programa Nacional do Livro Didático no Estado do Paraná, bem como a dotar o aluno do curso primário dos livros necessários a melhor rendimento escolar.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03.10.73.

aa) Iris Caldart — Presidente

Basílio Zanusso Relator

Antonio Lopes Júnior.

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 45-73, que acresce parágrafo que especifica, aos artigos 27; 5.º; 16 e 30 da Lei n.º 5.615 de 11.8.67. **Aprovado.**

Redação Final do Projeto n.º 45-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. O artigo 27 da Lei n.º 5.615 de 11 de agosto de 1967, passa a vigorar com o seguinte parágrafo:

"Art. 27.

Parágrafo único. A prestação de contas a que se refere este artigo, será feita por exercício e submetida ao Tribunal no exercício financeiro subsequente ao dos recebimentos dos auxílios, contribuições ou subvenções a qualquer título".

Art. 2.º. Os parágrafos 1.º e 11.º do artigo 5.º, da mesma Lei passam a ter a seguinte redação:

"Art. 5.º

§ 1.º — A eleição realizar-se-á em escrutínio secreto na última sessão plenária e ordinária da primeira quinzena do mês de dezembro de cada ano, restando-se, sempre a presença da maioria dos seus membros efetivos.

§ 11 — Na primeira sessão plenária do novo exercício civil os eleitos serão empossados nos seus respectivos cargos, salvo motivo justificado".

Art. 3.º — Ficam acrescentados aos artigos 16 e 30, da Lei supra citada os seguintes parágrafos únicos:

"Art. 16.

Parágrafo único. Os procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, por quaisquer funcionários designados pelo Presidente do Tribunal dentre os portadores de diploma de bacharel em direito com mais de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em função pública".

"Art. 30.

Parágrafo único. O Tribunal de Contas poderá contratar os serviços de firmas especializadas para a execução das análises preliminares de fiscalização financeira e orçamentária dos órgãos públicos, inclusive dos Municípios".

Art. 4.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03.10.73.

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator

as. ilegível

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 94-73, que determina fixação obrigatória de critérios para realização de despesas pela Administração Pública ou órgãos da Administração Indireta, com publicidade e divulgação. — **Aprovada.**

Redação Final do Projeto n.º 94-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — A distribuição realizada pela Administração Direta ou Indireta, de matéria de divulgação ou publicidade a revista, jornais periódicos e emissoras de rádios e televisão obedecerá a critérios objetivos, estabelecidos em normas fixadas pelo Poder Executivo e oficialmente publicadas.

Parágrafo único. Como base para fixação desses critérios deverão ser levados em conta, entre outros fatores, a circulação do periódico suas características editoriais o mercado a que se dirige e a natureza da publicação a ser feita bem como, no caso de emissoras a audiência, a potência o tipo de programação e outros elementos que possam influir na eficiência da divulgação.

Art. 2.º — Esta despesa efetuada em desconformidade com o disposto nesta Lei responderá civil, administrativa e penalmente o agente que a ordenar.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03.10.73.

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator

as. ilegível

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 124-73, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Colombo, os implementos Agrícolas que especifica pertencentes a Secretaria de Agricultura. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto n.º 124-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Colombo os implementos agrícolas a seguir relacionados, pertencentes a Secretaria de Agricultura:

- 1) Lote 46 — Trator D-8 — Caterpillar;
- 2) Lote 47 — Trator D-7 — Caterpillar;
- 3) Lote 48 — Trator D-4 — Caterpillar;
- 4) Lote 49 — Trator D-4 — Caterpillar;
- 5) Lote 51 — Trator D-4 — Caterpillar;
- 6) Lote 52 — Trator D-4 — Caterpillar;
- 7) Lote 42 — Esteiras para Trator Caterpillar;
- 8) Lote 50 — Esteiras e Escarificador p/ Trator Caterpillar;
- 9) Lote 02 — Trator John Deere p/ agricultura c/implementos (arados e grades e,
- 10) Lote 03 — Trator John Deere para agricultura com implementos (arados e grades).

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03.10.73.

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator

as. ilegível

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 125-73, que denomina "São Luiz" o atual Distrito Administrativo de São Francisco de Sales, Município de Clevelândia. — **Aprovada**

Redação Final do Projeto n.º 125-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Distrito Administrativo de São Francisco de Sales pertencente

cente ao Município e Comarca de Clevelândia, passe a denominar-se São Luiz e a ter sede na Vila de igual nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03.10.73.

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator

as. ilegível

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 146-73, que autoriza o Poder Executivo arcar com todas as despesas de tratamento médico e hospitalar do Governador, sempre que este no exercício do seu cargo, venha a ser acometido de doença que o inabilite temporária ou definitivamente. **Aprovada.**

Redação Final do Projeto n.º 146-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Correrão as expensas do Estado mediante a abertura dos necessários créditos especiais, todas as despesas de tratamento médico e hospitalar do Governador, sempre que este no exercício do seu cargo venha a ser acometido de doença que o inabilite temporária ou definitivamente, para o desempenho das suas atribuições.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica, em caráter retroativo, a casos ocorridos anteriormente à vigência desta Lei, no quadriênio governamental iniciado a 15 de março de 1971.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03.10.73.

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator

as. ilegível

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 149-73, que declara de Utilidade Pública a Feira Municipal de Ciências, instituída pelo Colégio Estadual do Paraná. — **Aprovada.**

Redação Final do Projeto n.º 149-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública a Feira Municipal de Ciências instituída pelo Colégio Estadual do Paraná e promovida, anualmente em Curitiba, pelo referido estabelecimento de ensino.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03.10.73.

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator

as. ilegível

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 183-73, que o valor das pensões de que tratam as Leis n.ºs 4.763, de 5 de novembro de 1963 e 54-63 de 22 de novembro do mesmo ano fica elevado para o equivalente a 3 (três) salários mínimos fixados para a Capital do Estado. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto n.º 183-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. O valor das pensões de que tratam as leis n.ºs 4.763, de 5 de novembro de 1963 e 54-63, de 22 de novembro do mesmo ano fica elevado para o equivalente a 3 (três) salários mínimos fixados para a Capital do Estado.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03.10.73.

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator

as. ilegível

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, lido da Tribuna solicitando voto de louvor e regozijo pela fundação da Associação de São Francisco de Assis em União da Vitória. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira dia 8 à Hora Regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 93-73, 121-73 e 164-73.

2.a Discussão — do Projeto de Resolução n.º 53-73.

1.a Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 97-71, 26-73 — 65-73 — 67-73 — 103-73 e 170-73.

Levanta-se a Sessão.